



ID: 61457712

17-10-2015

EDUARDO RESENDES



Daniel Bessa, Domingues de Azevedo e Eduardo Paz Ferreira debateram fiscalidade regionais em Ponta Delgada

“Não existe um único português contente”

Daniel Bessa, antigo ministro da Economia num governo liderado por António Guterres, considera que atualmente com o cenário político “não existe um único português contente”. A falta de felicidade é explicada pela apreensão sentida com os apoiantes da coligação PAF, liderada por Pedro Passos Coelho, enquanto “os portugueses mais animados com uma perspetiva de mudança política não podem de deixar de ficar preocupados”. Eduardo Paz Ferreira considera que o Presidente da República deve chamar o líder da coligação e perguntar se tem um governo. “Se não tiver condições de estabilidade deve perguntar aos outros partidos”, explicou. Eduardo Paz Ferreira admite que apoia um governo liderado por António Costa, porque se comprometeu com um projeto “contra a austeridade e defensor do crescimento”. ♦

Diferencial fiscal deve compensar insularidade

Diferenciação fiscal nos Açores deve garantir que os residentes tenham a mesma qualidade de vida que no continente

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

A aplicação de uma redução fiscal para os residentes nos Açores deve permitir manter o mesmo nível de vida que existe no continente, segundo defendeu Domingues de Azevedo, bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), no final da conferência Finanças Públicas e Fiscalidade Regionais, realizada ontem em Ponta Delgada.

Eduardo Paz Ferreira, presidente Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal e presidente da comissão que elaborou o anteprojeto da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, considera que “a inspiração generosa da primeira Lei de Finanças das Regiões Autónomas se foi perdendo” à medida que Portugal “integrou a disciplina orçamental” imposta pela Europa.

Na opinião de Daniel Bessa, antigo ministro da Economia e atual presidente do Gabinete de Estudos do OCC, os Açores “como uma região ultraperiférica deve receber um tratamento diferenciado”.

“A questão é saber os limites”, reconhece Daniel Bessa.

Atualmente “já existem impostos mais baixos nos Açores, porque se entende ser necessário compensar as pessoas pelos custos de viverem aqui. Agora alguém vai ter de pagar esse tratamento diferenciado”, assinala.

Daniel Bessa reconhece que atualmente já não “anda em votos nos Açores”, por isso, explica que “quando pedem mais dinheiro mexem no meu bolso. Não é possível ir mais longe na diferenciação sem tomarmos em conta a reação de quem está do lado de lá. Eu aceito pagar, mas quando me pedem mais eu sinto no meu bolso”, sintetiza.

Domingos de Azevedo defende que os limites da diferenciação fiscal devem permitir, no mínimo, fazer “a correção das diferenças entre o que se passa no continente”.

Eduardo Paz Ferreira considera que atualmente a autono-



Conferência juntou dezenas de técnicos de contas

mia financeira regional foi condicionada por uma decisão “escandalosa” do Tribunal Constitucional que considerou que a receita extraordinária de IRS cobrado nos Açores é receita do Governo da República.

O professor de direito também critica uma “série de imposições que violam direta ou indireta-

mente a constituição” e defende que o Orçamento Regional apenas deve respeitar as regras impostas pela Assembleia Regional dos Açores.

Domingos de Azevedo assinala que a diferenciação fiscal também deverá ser implementada para compensar a falta de competitividade das empresas

nos Açores. “A insularidade deve garantir incentivos à produção e isenções para garantir uma maior competitividade das empresas nos Açores”, frisou.

Eduardo Paz Ferreira considera que atualmente “o entendimento que existe das finanças regionais é muito insatisfatório”, acrescentando que “o Governo da República tende a tratar os governos regionais como Bruxelas trata o Governo português”.

“Da mesma forma que não gosto da forma como Bruxelas nos trata, também não gosto da forma como Portugal trata as regiões autónomas”, assinalou.

Domingos de Azevedo considera que as empresas devem ser compensadas para serem competitivas

Durante a conferência, Eduardo Paz Ferreira sublinhou a necessidade de estarmos “preocupados com a defesa da autonomia”, indicando que “na cultura açoriana existe um dado muito importante que é a cultura autonomista”.

Esta cultura permitiu que fossem criados “órgãos de poder próprio, com autonomia administrativa, económica e financeira”, mas lamentou que “os polícias do comportamento político e económico considerem que a constituição não existe e os direitos são para serem respeitados apenas quando dá jeito”. ♦